

ÀS MARGENS DO PASSADO E DO PRESENTE: UM OLHAR PARA AS FAVELAS E PERIFERIAS DE SÃO PAULO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Palavras-Chave: PANDEMIA, DEMOCRACIA, FAVELAS E PERIFERIAS.

Autor:

JORDY PEREIRA MELO – IFCH (Unicamp)

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a LUCIANA FERREIRA TATAGIBA – IFCH (Unicamp)

INTRODUÇÃO:

Levando em consideração o contexto da crise sanitária, provocada pela disseminação do vírus SARS-CoV-2, no Brasil e no mundo, este estudo buscou encontrar e discutir possíveis relações entre a pandemia de Covid-19, a política e os espaços das favelas e periferias de São Paulo.

A pesquisa também dá continuidade à minha primeira Iniciação Científica, onde argumentei que esses mesmos territórios são marcados por uma tensão social, capaz de trazer à tona a relação existente entre eles e a política, do ponto de vista da ação e participação. Concluí que os atores políticos desses espaços, sejam organizados ou cidadãos comuns, quase sempre, estão partindo à ação para confrontar a violência e a negligência do Estado, conformando, assim, uma rede social plural e complexa. Dentre outros fatores, associei isto à expansão do projeto político neoliberal, um dos responsáveis por reforçar a cultura autoritária

que, estruturada pelo sexismo, racismo e discriminação à pobreza, marca a sociedade brasileira.

Na tentativa de rever alguns argumentos e desenvolver mais essa discussão, voltei aos mesmos lugares. Agora, apostando na capacidade que o cenário pandêmico teve de acirrar problemas sociais que, até então, já haviam fluído para a esfera pública, mas não permeavam alguns setores. Como exemplo, destaca-se a questão dos marcos que determinam quem vive e quem morre no Brasil.

Para isso, parti dos seguintes pressupostos: I) na sociedade brasileira, alguns corpos são matáveis; II) não há comoção social quando esses corpos morrem; III) a população que está às margens dos grandes centros urbanos está envolvida nesse processo.

Assim, a fim de compreender o papel da ação e da participação, por este recorte, propus a hipótese de que o ativismo social, observado nas favelas e periferias de São

Paulo, sobretudo durante a pandemia, é uma das expressões da reação da comunidade local à um projeto político autoritário, específico e histórico, cuja característica central é a *necropolítica*.

Como consequência relevante, este estudo também abordou a problemática dos processos institucionais de enfrentamento à Covid-19, marcados pelo negacionismo científico. Assim, foi possível refletir sobre os sentidos que estão por trás do discurso negacionista observado no Brasil.

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★

CORONAVÍRUS

Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi

Imagem 1 – Folha de S. Paulo, 05 de março de 2021.

Enfim, a partir dessa pesquisa, também foi possível atualizar o debate sobre os projetos políticos que estão em disputa no cenário brasileiro e ampliar nosso campo de visão, quando olhamos para a dimensão da democracia tanto enquanto regime político, como enquanto ideia promotora de uma sociedade menos desigual.

METODOLOGIA:

A metodologia utilizada neste estudo centrou-se em revisões bibliográficas. Entretanto, para dar mais corpo aos meus argumentos, também me apropriei de dados e matérias jornalísticas.

Primeiro, me concentrei em compreender o conceito de *necropolítica*. Para isso, tomei como referência as contribuições de Achille Mbembe (2018) sobre o tema e, sem seguida, busquei relacioná-las não só ao contexto pandêmico, como também à sociedade brasileira.

Nesta etapa, argumentei que a *necropolítica* faz parte da natureza do Brasil e, ainda, que em configurações sociais caracterizadas pela política de morte, há uma tendência de banalização da vida das populações historicamente marginalizadas.

Em seguida, julguei necessário retomar, de maneira mais aprofundada, o processo histórico de formação do Brasil, a fim de dar mais consistência ao meu primeiro argumento. Para isso, recorri a Lélia Gonzalez (1984) e sua análise que, dentre muitas ideias relevantes, destaca a centralidade da mulher negra no processo de construção social e cultural brasileiro, apontando aos motivos pelos quais, nos dias de hoje, ela e sua comunidade estão privadas da sociedade, por sofrer tríplice discriminação: gênero, raça e classe.

≡ O GLOBO BRASIL

BRASIL · DIREITOS HUMANOS

Vítimas da desigualdade: 32% das mulheres jovens negras estão sem estudar e sem emprego

Especialistas apontam que mulheres pretas e pardas 'são duplamente afetadas' e que a gravidez na adolescência e o trabalho doméstico estão entre as principais causas para a alta taxa

Imagem 2 – O Globo, 19 de agosto de 2021.

Por fim, utilizei as reflexões de Evelina Dagnino (2006), sobre a noção de projeto político e disputas democráticas no Brasil, como ponte de ligação entre as discussões anteriores.

Neste sentido, argumentei que, no caso brasileiro, há um conjunto de ideias, construídas desde o processo de colonização, que marcam suas instituições e, conseqüentemente, sua sociedade, fazendo com que, por vezes, sua população não se sensibilize com a morte daqueles que estão às margens. Essas ideias estão orientadas pelo sexismo, racismo e discriminação à pobreza e são responsáveis por dar corpo a um projeto político autoritário, marcado pela *necropolítica* e facilmente observável em territórios populares.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Considerando o conceito mais básico de Estado, isto é, um território com fronteiras delimitadas e uma população local, governada por instituições que detêm o monopólio legítimo do uso da força (BIANCHI, 2014), podemos chegar ao ponto de partida da ideia de *necropolítica*. A prerrogativa da violência é exclusividade do Estado e, mais que isso, faz parte da sua natureza. Em outras palavras, para que ele cumpra o dever de manter a dinâmica de organização de seus espaços em ordem, funcionando, livres de ataques externos, vale até matar. É onde mora o perigo. A narrativa utilizada para justificar a política de morte estatal tem se mostrado perversa, sendo responsável por dizimar populações historicamente marginalizadas. De acordo com Mbembe (2018), é nesse

momento que a *necropolítica* surge, trazendo como elemento central um processo de construção discursiva específico.

Primeiro, o alvo do Estado passa a ser qualificado como inimigo da ordem pública, adversário da sociedade, responsável por comprometer a política de seu território. Assim, o combate é justificado, mas não é suficiente. Depois de identificado, o inimigo é submetido a um processo de desumanização, o que é feito a partir da narrativa do terror. Agora sim, para combater a aberração da desordem, se preciso for, o assassinato surge como alternativa de sentença legítima. O problema é que, em configurações como esta, a sociedade tem encontrado espaço para industrializar a morte de comunidades socialmente excluídas, por meio de um “procedimento puramente técnico, impessoal, silencioso e rápido” (MBEMBE, 2018, pp. 20).

Mas, afinal, como isso se conecta à pandemia de Covid-19? O ponto central que importa, para essa discussão, é o da tendência que as populações dos estados, caracterizadas pela *necropolítica*, têm de banalizar a vida, a partir de critérios sexistas, racistas e econômicos. Como bem enfatiza Mbembe (2018), critérios estes que foram apresentados à humanidade com o processo de colonização europeu.

Para explorar mais essa ideia, recorri a Lélia Gonzalez e sua análise sociológica, a respeito do Brasil. A mãe solteira que tem de criar os filhos sozinha, vive uma vida de pobreza. Os trabalhos precarizados aos quais está sujeita são conseqüências da falta de oportunidade dada a alguém com poucos estudos e com a pele

negra. O racismo marca não só sua vida, mas também a dos que estão próximos, seja desestruturando suas famílias ou destruindo os poucos laços de afeto que têm. É quando a tristeza passa a ser um sentimento presente. Distante dos parentes, pensar sobre o futuro dos filhos é motivo de angústia. Como ela, eles também sofrem com a desigualdade social. Por isso, “a mulher-sentada-na-porta-do-barraco era a própria solidão” (GOZALEZ, 1984, pp. 33).

A condição social da mulher negra, no Brasil, é capaz de dizer muito a respeito da história do país. É o ponto de partida para entender como e por que sexismo, racismo e discriminação à pobreza marcam a sociedade brasileira, afetando populações historicamente marginalizadas, sobretudo, a população negra e pobre.

Em 2019, no Brasil, 32% das mulheres jovens e negras estavam sem estudar e desempregadas. Dentre as principais causas que justificam o número, destacam-se a gravidez na adolescência e a necessidade de se dedicar aos serviços domésticos. Quase sempre, essas mulheres têm um histórico profissional marcado por condições precárias de trabalho. Se comparadas a outros grupos, elas estão em desvantagem: 13,2% dos homens brancos encontram-se na mesma condição, bem como 18,9% dos homens negros e 20,8% das mulheres brancas. Atualmente, devido à pandemia, esse problema tomou proporções maiores e agravou, principalmente, a vida de jovens negras, sem estudos e que moram nas favelas e periferias dos grandes centros urbanos.

Um retrato facilmente justificado pela origem do Brasil. Aqui, o processo de colonização fez prevalecer uma supremacia branca, em detrimento de direitos humanos fundamentais que deveriam fazer parte da vida das populações indígenas e negras, bem como de seus descendentes. Por mais democrático que seja o regime político do país, nos dias de hoje, suas instituições seguem manchadas pela violência dos tempos da escravidão.

CONCLUSÕES:

Considerando que um projeto político se trata de um conjunto de ideias, responsáveis por orientar a vida em sociedade (DAGNINO, 2006), torna-se possível concluir que, no Brasil, tais ideias sofreram fortes influências do sexismo, racismo e discriminação à pobreza. Características estas que fizeram com que as instituições brasileiras, pouco se importassem com a vida das populações historicamente marginalizadas.

À maneira mais lógica possível, não seria exagero dizer que a pandemia de Covid-19 afetou, ainda mais, a vida dos grupos historicamente marginalizados e, mais que isso, vem servindo como ferramenta para promover um projeto político de morte, naturalizado desde os primeiros momentos da história brasileira.

Nesse contexto, ação e participação ganham um papel fundamental na nossa história e memória, por constituir os diversos processos de resistência ao autoritarismo social e dar a possibilidade de uma sociedade mais justa e menos desigual.

BIBLIOGRAFIA

BIANCHI, Álvaro. “O conceito de Estado em Max Weber” In: *Lua Nova*, São Paulo, 92: 2014, pp. 79-104.

DAGNINO, Evelina, OLIVERA, Alberto J. PANFICHI, Aldo. “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina” In: *A disputa pela Construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, pp. 13-69.

GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018 [1984].

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

OMS declara pandemia do novo coronavírus Sars-Cov-2. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/03/oms-declara-pandemia-do-novo-coronavirus.shtml>. Acesso em 17/05/2021.

Relembre o que Bolsonaro já disse sobre a pandemia, de gripezinha e país de maricas a frescura e mimimi. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/relembre-o-que-bolsonaro-ja-disse-sobre-a-pandemia-de-gripezinha-e-pais-de-maricas-a-frescura-e-mimimi.shtml>. Acesso em 18/05/2021.

Vítimas da desigualdade: 32% das mulheres jovens negras estão sem estudar e sem emprego. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/vitimas-da-desigualdade-32-das-mulheres-jovens-negras-estao-sem-estudar-sem-emprego-25160465>. Acesso em 30/08/2021.